

Seminário da «Comissão de Reforma» termina hoje em Braga

EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR É CONDIÇÃO FUNDAMENTAL PARA O SUCESSO EDUCATIVO

— acentuou o prof. Vítor Aguiar e Silva

«A não existência de uma educação pré-escolar generalizada faz com que qualquer política que incida sobre a utilização da língua materna esteja votada ao fracasso» — afirmou ontem, em Braga, o prof. Vítor Aguiar e Silva, docente da Universidade de Coimbra.

Aquele catedrático falava no decorrer do seminário sobre «Medidas que promovam o sucesso educativo que decorre na Universidade do Minho, por iniciativa da Comissão de Reforma do Sistema Educativo».

Vítor Aguiar e Silva proferiu uma conferência subordinada ao tema «Língua materna, modelização do Mundo e competência comunicativa», tendo defendido que a língua materna é fundamental para o conhecimento do Mundo e da vida e para a «competência comunicativa de cada pessoa».

Sublinhando que esta competência comunicativa «é sobredeterminada por factores complexos de natureza sociocultural», o conferencista considerou que a actual crise da língua — que condiciona o sucesso educativo — «resulta, antes de mais, da transformação da escola dos herdeiros (da elite) em escola das massas», fenómeno que considerou, apesar de tudo, preferível ao elitismo da escola cívica.

No entanto, para aquele professor, torna-se fundamental no actual contexto do sistema educativo português, proceder às reformas substanciais dos conteúdos programáticos e, articuladamente, investir na formação de professores, para que melhore o domínio da língua materna.

• O insucesso demonstrado pelo absurdo

Outra intervenção que teve dia de ontem despertou grande interesse entre os mais de 200 participantes foi a do dr. João Formosinho Simões, professor da Universidade do Minho e responsável pelo CIFOP (Centro Integrado de Formação de Professores) na mesma instituição.

João Formosinho começou por constatar que cada vez mais se tem falado no insucesso escolar e no insucesso da escola. «Mas o insucesso de quem e em relação a quê?», perguntou, para responder de imediato: «Do modo geral, o conceito de

insucesso escolar é referido ao insucesso individual dos alunos na escola. Mas, se considerarmos que o conceito de educação tem como componentes a instrução (transmissão de conhecimentos e técnicas), a socialização (transmissão de normas, valores e crenças, hábitos e atitudes) e a estimulação (promoção do desenvolvimento integral do educando), temos de concluir que o insucesso escolar individual tanto se pode referir ao insucesso na instrução, como na socialização ou na estimulação».

De seguida, aquele professor da Universidade do Minho desenvolveu minuciosamente aquilo a que chamou uma «estratégia pedagógica de demonstração pelo absurdo» sobre o modo como organizamos a escola para o insucesso educativo, com a preocupação de desenvolver a lógica e a coerência interna do modelo escolar que vigora no nosso país.

Do ponto de vista de João Formosinho, para que a escola portuguesa, sobretudo no ensino básico, continue a ser organizada para o insucesso, deverá continuar também a implementar «uma estrutura curricular académica e uniforme, e que implicará, designadamente, que o currículo continue a ser planeado centralmente por um grupo de iluminados, que seja adaptado e mandado executar pelos serviços centrais, que seja enciclopédico e fragmentado, com um pouco de tudo».

«Implica, que se mantenha, ou até se aumente, o componente académico do currículo e que se fomente a uniformidade rígida, com o argumento de que o país é pequeno e de que a uniformidade é condição necessária de igualdade de oportunidades; que se consolide, e até se incentive, a ideia de prevalência do trabalho intelectual sobre o trabalho manual; implica ainda que se mantenha firme a compartimentação disciplinar característica do currículo académico ou que se promova a formação monodisciplinar dos professores e a criação de grupos monodisciplinares das escolas do ensino básico (de quinto ao nono ano)». Para continuar

a produzir o insucesso, convém-se a ainda, segundo a visão irónica de João Formosinho, continuar a manter o regime de aprovação/aprovação global anual e, «se for preciso aumentar a lógica do insucesso e punitivo (...) condicionar a passagem de ano às disciplinas académicas geralmente mais selectivas — o Português e a Matemática».

Com o mesmo objectivo, dever-se-ia também «continuar a preparar os gestores pedagógicos para as tarefas de constituição de turmas e distribuição de serviço docente, bem como a tomar medidas que dificultem a fixação e estabilidade dos professores».

Em resumo, João Formosinho diria, no mesmo tom caustico, que a escola preparatória e secundária portuguesa já segue de perto este modelo e que não há que incentivar esta lógica, a melhor estratégia será concentrar os ajustes no ensino básico obrigatório, para realizar mais a mudança de obrigar alunos a frequentar uma escola voltada para o seu sucesso».

• Igualdade de oportunidades desde o «primário»

Entretanto, na véspera, o dr. Concelção Alves Pinto proferiu uma conferência em que, a dado passo, afirmou:

«Os níveis de não cumprimento da escolaridade obrigatória revelam que o ensino primário constitui a pedra de toque de uma real política de igualdade de oportunidades, na sua dimensão social e regional».

A dr. Concelção Feneira Alves Pinto, professora da

Faculdade de Ciências de Lisboa, proferiu uma conferência subordinada ao tema «Dimensão social e regional da disparidades na sobrevivência e sucessos escolares em Portugal».

Concelção Alves Pinto, afirmou, na sua intervenção, que «por um lado, a escola discriminaria segundo a origem social, pelo insucesso e abandonos escolares que desenvolve; e, por outro, se os jovens das classes desfavorecidas sobrevivem escolarmente, acabam por ser socializados por uma permanência prolongada na escola».

Aquele especialista defendeu que o alargamento da escolaridade obrigatória estabelecida em recente lei da Assembleia da República vai exigir «estorques relativamente elevados de discrição para distribuir Tal opção diferenciada de modo segundo a conferencista, ao facto de se registarem «disparidades regionais consideráveis» nos níveis de ins-

trução dos vários grupos etários.

Assim, o leque das percentagens de jovens com 14 anos em 1981 que não chegam a cumprir a escolaridade obrigatória (então de seis anos) vai de 19% nuns distritos, a 51% noutros.

Concelção Alves Pinto mostrou ainda que, nos distritos respeitantes aos grandes centros urbanos de Lisboa e Porto, a relação entre o sucesso escolar e o nível de instrução familiar se esbate.

«Querá isto dizer — perguntou aquela professora — que a cidade favorece mais a igualdade escolar? Ou, antes, que o modelo escolar, defendendo o modelo urbano, constitui um obstáculo suplementar para os alunos do meio rural?».

O seminário termina hoje, no fim da manhã, sendo o dia preenchido com uma mesa-redonda em que participaram todos os conferencistas que ao longo destes dias ali estiveram.

1
2
3
4
5
6
7
8
9
10
11
12
13
14
15
16
17
18
19
20
21
22
23
24
25
26
27
28
29
30
31

Insucesso escolar Braga

JAN	FEB	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----